

Márcia Kallume



PAPEL Na assinatura do convênio, Renan (C) destaca a contribuição de Alencar (E) para a manutenção da governabilidade

Biodiesel domina a pauta

Incentivos fiscais para a produção de biodiesel nas regiões Norte e Nordeste trancam a pauta do Senado.



Página 3

Senado e Ministério da Defesa fazem convênio

Militares de todo o país, inclusive os que trabalham em região de fronteira, podem participar de cursos oferecidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), sem precisar se deslocar para Brasília. A facilidade

está prevista em convênio de cooperação técnica, científica e cultural assinado ontem entre o Senado e o Ministério da Defesa. O acordo pode também beneficiar participantes do Projeto Rondon.

Página 3

Diretor da Abin falará sobre relação PT-Farc

Em reunião secreta, ontem, a Comissão de Controle das Atividades de Inteligência aprovou requerimento para ouvir um coronel da PM do Distrito Federal e um diretor da Abin.

Página 7



José Cruz

MUDANÇAS O deputado Ricardo Barros e o senador Fernando Bezerra participam da comissão que analisa mudanças no exame do Orçamento

Comissão busca maior controle de gastos públicos

A criação de um conselho com a finalidade de acompanhar o endividamento e os gastos públicos está en-

tre as propostas debatidas pela comissão temporária que analisa mudanças no exame do Orçamento.

Página 3

CPI da Terra vai ao Pará ouvir fazendeiros acusados

Comissão esteve ontem de manhã no município de Parauapebas (PA) para ouvir o depoimento de três

fazendeiros acusados de envolvimento no assassinato de um líder sindical e de dois membros do MST.

Página 7

Célio Azevedo



A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou mensagem indicando diplomatas para o cargo de embaixador em três países. Além disso, pediu ao governo empenho na defesa de brasileiros detidos no exterior.

Página 7



IDÉIAS Para Maciel, órgão também contribuirá com o debate de questões relevantes para o Brasil

Maciel comunica criação de Centro Norberto Bobbio

Ao cumprimentar o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Raymundo Magliano Filho, pela criação do Centro de Estudos Norberto Bobbio, o senador Marco Maciel (PFL-PE) comentou que, além de divulgar a obra do pensador italiano falecido em 2004, aos 94 anos, o órgão vai estimular o debate sobre questões não resolvidas no Brasil, sobretudo no campo da teoria e da prática política.

O senador disse que, entre os objetivos do centro, destacam-se a realização de seminários, palestras e outros eventos culturais sobre a vida e a obra de Bobbio. Também proporcionará o intercâmbio de livros, estudos, teses, ensaios e documentos editados no Brasil e na Itália a respeito do pensador, além da instituição do Prêmio Norberto Bobbio, que irá destacar o melhor trabalho feito no país sobre o filósofo.

O órgão, inaugurado na segunda-feira passada, é fruto de acordo entre a Bovespa e o Centro de Estudos Piero Gobetti, de Turim. O acervo contará, inicialmente, com livros do pensador, em italiano e traduzidos, além de trabalhos de estudiosos de sua obra.

Mestrinho denuncia mau desempenho do Sivam

■ Criado para monitorar a Amazônia, o sistema precisa ser fiscalizado pelo governo, reclama o senador

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) denunciou ontem que o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) não está cumprindo suas finalidades. Ele lembrou que foi gasto muito dinheiro com a implantação do programa, para que, entre outros objetivos, monitorasse a floresta e o tráfico de drogas, mas isso não vem acontecendo.

Cobrando do governo a fis-



LICENÇA Acesso a dados do sistema, afirma Mestrinho, exige prévia autorização de empresa americana

calização do sistema, o senador afirmou que o Sivam não acompanha os contrabandistas, e nem se tem notícia sobre o monitoramento da floresta. Segundo ele, um avião caiu

na área, recentemente, sem registro do fato pelos radares do programa.

Mestrinho reclamou ainda da dificuldade de acesso às informações geradas. Quando um órgão do próprio governo solicita algum serviço do Sivam, conforme o senador, obtém como resposta que é necessária prévia autorização da empresa americana que idealizou o sistema.

Em aparte, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) informou que a visita ao Brasil do secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, há duas semanas, objetivou, entre outras finalidades, acertar a venda de material para o Sivam.



CONCEITO Mozarildo: atuação eficaz projeta entidade na liderança do setor terciário de Roraima

Mozarildo homenageia Fecomércio-RR

Ao registrar que, no próximo dia 10 de abril, a Federação do Comércio (Fecomércio) do estado de Roraima comemorará 14 anos de fundação, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que a instituição vem cumprindo o papel de defender os interesses gerais do comércio junto aos poderes públicos da União, estado e municípios.

– Naquele 10 de abril de 1991, os líderes de seis sindicatos do setor varejista criavam a instituição, com o propósito de torná-la a principal representante do setor terciário de Roraima – disse Mozarildo, salientando a projeção atual da entidade.



SUCESSO Raupp homenageia funcionários do grupo e destaca o perfil do empresário Assis Gurgacz

Valdir Raupp destaca 41 anos do grupo Eucatur

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) assinalou os 41 anos de atuação do grupo Eucatur, comemorados ontem. Para homenagear seus funcionários, o senador destacou a figura do empresário Assis Gurgacz, que partiu do oeste do Paraná para estabelecer a empresa de transporte União Cascavel em Rondônia.

Raupp relatou que o sucesso do empreendimento levou o grupo a se expandir e diversificar suas atividades, contando hoje com o jornal *Diário da Amazônia* e uma emissora de rádio e TV.

Agenda

Discursos e avisos no Plenário

A sessão plenária de hoje começa às 9h e, sem caráter deliberativo, se destina apenas aos comunicados

da Mesa diretora e das lideranças partidárias, além de discursos. Os primeiros parlamentares inscritos

para falar na tribuna são a senadora Serys Silhessarenko (PT-MT) e o senador Valdir Raupp (PMDB-RO).



Bandas de pífano na Rádio Senado

A Rádio Senado apresenta, no domingo, às 8h, o programa *Brasil Regional*, que traz Carlos Malta, numa releitura das bandas de pífano. Ele viaja pelas raízes nordestinas com uma fluência que entusiasmou músic

cos como Alceu Valença. O grupo Pife Moderno, com a flautista Andrea Ernst-Dias e a percussão de Marcos Suzano, Oscar Bolão e Durval Pereira, interpreta Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, entre outros.

Popular e erudito

O *Quem Tem Medo de Música Clássica?*, apresentado pela TV Senado hoje, às 18h, traz o Quarteto de Brasília, que toca músicas populares com instrumentos eruditos. No ano passado, o quarteto ganhou o Prêmio Carlos Gomes.

Conheça o Senado

O Senado oferece visitas guiadas por toda a Casa, inclusive o Plenário. O passeio começa de hora em hora no Salão Negro do Congresso, entre 9h30 e 17h30, nos dias úteis; e entre 10h e 14h, nos fins de semana e feriados.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Márcia Kalume



CONVÊNIO Vice-presidente José Alencar (E) cumprimenta Renan, ao lado dos senadores Luiz Otávio e Marcelo Crivella, depois da assinatura de convênio

Renan destaca empenho de Alencar para governabilidade

O presidente do Senado, Renan Calheiros, ressaltou ontem, ao receber em seu gabinete o vice-presidente da República e ministro da Defesa José Alencar, para a assinatura de convênio entre a Casa e o ministério, a importância do papel que vem sendo desempenhado pelo visitante e também por seu partido – o PL – na sustentação da governabilidade e no esforço de manutenção da estabilidade política e econômica do país.

Alencar agradeceu as palavras de Renan e lembrou sua passagem pelo Senado, onde representou Minas Gerais por quatro anos, antes de assumir a Vice-Presidência. “Esta Casa enobrece todos os que têm a honra de dela participar”, afirmou. Depois da solenidade, o vice-presidente foi até a sala da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para assistir à filiação do senador João Ribeiro (TO) à bancada do PL.

Renan disse que a assinatura

do convênio vai ajudar a estreitar a relação entre o Senado e o Ministério da Defesa e valorizar o servidor público pela oferta de oportunidades de capacitação profissional.

Da parte do Senado, o convênio será implementado pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Assim como os servidores do Ministério da Defesa, também vão se beneficiar do acordo os estudantes integrados ao Projeto Rondon, que leva alunos de centros urbanos para ajudar comunidades distantes com cursos de alfabetização e outras ações.

De acordo com o presidente do ILB, Florian Madruga, através de cursos a distância, os estudantes do Rondon terão como levar novos conhecimentos às comunidades. Com os recursos da Internet e da TV Senado, também poderão ser oferecidas a prefeituras distantes informações sobre formas de desenvolver seus municípios.

Comissão discute criação de Conselho de Gestão Fiscal

A criação do Conselho de Gestão Fiscal, que teria a finalidade de acompanhar o endividamento e os gastos públicos, está entre as propostas a serem debatidas pela comissão temporária mista criada para analisar a reestruturação do processo orçamentário, segundo ficou acertado em reunião realizada ontem.

Também deverão ser analisados pela comissão temas como a adoção de novos critérios para apresentação de emendas parlamentares e coletivas; o fim das emendas de caráter regional; a implantação do comitê de acompanhamento da execução e fiscalização orçamentária; e a substituição do Tribunal de Contas da União por um órgão técnico mais ágil,

destinado a exercer o chamado controle externo.

As propostas estão incluídas em um roteiro composto por dez itens, considerados prioritários para dar celeridade aos trabalhos selecionados por técnicos das consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara dos Deputados e pelo ex-presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado licenciado Paulo Bernardo (PT-PR) – recentemente nomeado ministro do Planejamento.

A meta, informou o presidente da comissão temporária, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), é aprovar até 28 de abril relatório propondo ampla reforma dos processos relativos às leis orçamentárias.

Plenário deve votar MP do Biodiesel na terça-feira

■ Quarenta matérias aguardam liberação da ordem do dia, trancada por duas medidas provisórias

Por falta de acordo entre as lideranças partidárias sobre duas medidas provisórias que estão com prazos de exame no limite, o presidente do Senado, Renan Calheiros, transferiu para terça-feira (5) as votações de aproximadamente 40 matérias que constam da ordem do dia. Depois de 45 dias de assinada pelo presidente da República, uma MP passa à frente dos demais projetos até que os parlamentares a examinem.

A primeira medida provisória a ser votada (227/04) estabelece incentivos fiscais para a produção de biodiesel nas regiões Norte e Nordeste, em programa lançado recentemente pelo go-



verno. O objetivo é misturar, a partir de 2008, 2% de biodiesel ao óleo diesel vendido no país. Por ser produzido a partir de óleos vegetais, como dendê, palma, soja ou mamona, o biodiesel tem uma grande vantagem ecológica sobre o diesel de petróleo, reduzindo em quase 80% a descarga de gás carbônico no ar.

A segunda MP que obstrui a pauta de votações do Senado (228/04) trata do acesso a docu-

mentos públicos, modificando a chamada Lei de Arquivos de 1991, que previa sigilo máximo por um prazo de 30 anos, renovável por mais uma vez. A MP 228 cria a Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas, à qual caberá a avaliação do acesso público a documentos sigilosos, após o vencimento do prazo de sigilo previsto na Lei de Arquivos. Essa comissão

terá poderes para decidir pela manutenção do sigilo de documentos, enquanto ele for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Assim que forem votadas as duas MPs, que receberam modificações na Câmara e, por isso, passam a se chamar projetos de lei de conversão, os senadores têm quase 40 matérias para examinar no Plenário, entre elas emendas constitucionais e projetos de lei.

Rossetto pede aprovação rápida da matéria

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, disse ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que o governo está dando prioridade absoluta à aprovação da Medida Provisória 227/04, que normatiza o Programa do Biodiesel. A matéria já foi aprovada na Câmara dos Deputados. Segundo o ministro, Renan informou que na próxima terça-feira o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 2/05 da MP deve ser submetido ao Senado.

Rossetto assinalou a enorme possibilidade de geração de renda que o programa representa para mais de 200 mil famílias de pequenos agricultores, especialmente do Nordeste e do Norte.

O ministro informou que mais de 30 mil famílias de agricultores já estão envolvidas no Programa do Biodiesel, com linha de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com estímulo para organização de cooperativas e de associações e até para a produção industrial do combustível com investimentos privados.

Combustível irá favorecer regiões mais pobres

O relator-revisor do projeto proveniente da MP 227/04, senador Edison Lobão (PFL-MA), ainda trabalha o relatório que será apresentado na próxima terça-feira. Na segunda-feira, lideranças e senadores envolvidos com o tema reúnem-se para novas discussões e acertos. A MP do Biodiesel, como é conhecida, está sobrestando a pauta no Plenário.

Alterações

Uma das preocupações é reservar, para as regiões de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 50% da produção de biodiesel nacional. “Essa é uma reivindicação razoável e justa”, argumenta o relator, que quer garantia real do governo de que a lei se transformará em benefício para os produtores do país inteiro.

Edison Lobão disse que estão sendo tomados todos os cuidados para que a região Nordeste não seja prejudicada. Um problema levantado, segundo o senador, é a exigência da MP de que haja registro especial, na Secretaria da Receita Federal, para a



JUSTIÇA Lobão afirma que tomará todo cuidado para que o Nordeste não seja prejudicado

produção do biodiesel.

– Os senadores pedem a dispensa desse registro, muito complicado do ponto de vista da burocracia, por pelo menos seis meses, até o início do funcionamento da usina produtiva – assinalou.

Outra reivindicação é retirar da MP a obrigatoriedade de que haja um medidor de saída do produto acabado. Na hipótese de defeito desse controlador, a produção deve ser suspensa, conforme o texto. Para Lobão, “isso é uma exigência antiprodução”.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ser favorável à MP do Biodiesel, mas com alterações. “Com relação à tributação, o biodiesel acaba sendo mais caro que o óleo mineral”, afirmou. Para ele, é preciso haver mais incentivos e tecnologias voltados à produção.



MUDANÇA Suassuna propõe que dirigentes do banco tenham mandatos fixos de quatro anos

Suassuna defende autonomia do Banco Central

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem em Plenário projeto de sua autoria que propõe a independência do Banco Central (BC). O PLS 73/05 prevê mandatos fixos de quatro anos para o presidente e para os diretores da instituição, além de determinar que os dirigentes só poderão ser demitidos por iniciativa do presidente da República, após aprovação pela maioria absoluta dos senadores, em votação secreta.

– Sempre que há um processo eleitoral, o governo tende a diminuir controles, para cair na simpatia do público, e quem paga é a moeda. Um Banco Central independente evitaria isso – justificou Suassuna.

Para o parlamentar, a inexistência da garantia legal de mandato fixo para os dirigentes do BC estabelece uma guerra de informações entre as autoridades monetárias, o mercado e o governo. Ele chamou a atenção para o fato de que, quando os agentes econômicos tiverem certeza de que os diretores e o presidente do banco não precisarão fazer concessões para permanecer em seus cargos, as metas de inflação ganharão maior credibilidade.

Tourinho: corrigir tabela do IRPF não é benefício

■ Caso venha a adotar a medida, governo apenas reduzirá uma arrecadação indevida, afirma o senador

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) contestou ontem a informação de que a correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) represente um “rombo” para as contas do governo, como tem sido noticiado pela imprensa. Ele comentou a decisão do governo Lula de editar nova medida provisória corrigindo a tabela do IRPF e revogando todos os demais dispositivos da MP 232/04. O parlamentar se disse preocupado, entretanto, com a intenção do Executivo de também enviar ao Congresso projeto de lei destinado a compensar uma suposta perda de arrecadação com a correção da tabela do IRPF.

– Preservar o espírito da MP 232 é preservar uma série de equívocos dessa medida provisória – afirmou. Entre os



EQUÍVOCO Tourinho argumenta que não haverá perda de arrecadação a ser compensada

equívocos listados pelo pefelista destacam-se a permanência da alíquota de 27,5% do IRPF; o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para os prestadores de serviços; e a retenção do tributo na fonte para a contratação de serviços. A correção da tabela do Imposto de Renda foi apontada como o único acerto da MP 232 e, na sua opinião, não representa a concessão de benefício.

– Na realidade, a não correção da tabela representa a constituição de uma receita

indevida. Afinal, todos sabem que desde 1996 só foi realizada uma correção, em 2002, e, ainda assim, em percentual muito aquém do correto: 17,5% – considerou.

Arrecadação

Em relação à “manutenção do espírito” da MP 232 no novo projeto de lei – declaração dada pelo secretário executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, ao jornal *Folha de S. Paulo* –, Tourinho disse temer essa previsão e argumentou que não existe perda de arrecadação a ser compensada. O senador também contesta aqueles que invocam a Lei de Responsabilidade Fiscal para defender essa medida provisória.

– Entendo que as explicações dadas demonstram com clareza que a MP não está concedendo nenhum benefício ou renúncia fiscal que resultará em perda de arrecadação. Na verdade, está corrigindo, em parte, uma arrecadação indevida, razão pela qual entendo que falar em Lei de Responsabilidade Fiscal para defender a MP é um equívoco – reiterou.



COMPROVAÇÃO Estudo divulgado pelo PFL demonstra elevação no peso dos impostos, ressalta Azeredo

Para Azeredo, Lula aumentou carga tributária

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse ontem que ocorreu aumento da carga tributária durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Ele baseou-se em estudo divulgado por seu partido, mostrando que o peso dos impostos subiu o equivalente a 0,8 ponto percentual do produto interno bruto (PIB) entre 2002, último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, e 2004, atingindo 36,6% do PIB.

– O partido vai lançar um desafio público para que o governo federal prove que não ocorreu o aumento da carga tributária – anunciou o parlamentar mineiro, ao divulgar o estudo, que teve como referência o valor oficial do PIB do ano passado (R\$ 1,76 trilhão), e os dados de arrecadação das três esferas da administração pública.

Azeredo lembrou que, no início de março, o chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu, chegou a afirmar que a carga de tributos de 2004 teria ficado em 35,4% do PIB – abaixo, portanto, do índice de 2002 (35,8%). Conforme o senador, na comparação com 2003, “o pulo na carga de impostos” chegou a 1,4% do PIB.

Alencar sugere retirada da MP dos Impostos

O vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar, disse ontem, ao assinar com o presidente da Casa, Renan Calheiros, convênio de cooperação e capacitação de pessoal, que a Medida Provisória (MP) 232/04 deveria ser retirada pelo governo, para reexame da questão.

– A MP ganhou uma conotação altamente pejorativa. O

ideal é que deixemos o tempo passar e façamos outra coisa. Eu sou de acordo que ela seja até retirada – afirmou Alencar.

Na opinião do vice-presidente, a polêmica suscitada pela medida não vai prejudicar a governabilidade.

– A democracia é assim mesmo. Nós temos que aprender a exercitar a democracia e acei-

tar a opinião de todos. No fim, acaba sendo bom para o Brasil que haja debate – observou.

A respeito das declarações sobre sua posição no Ministério da Defesa, Alencar afastou a possibilidade de deixar o cargo. “Eu falei que não tinha perfil”, lembrou o vice-presidente, para, em seguida, completar em tom bem-humorado: “Estou fazendo regime e alongamento”.

Falta comando ao governo federal, diz José Agripino

O senador José Agripino (PFL-RN) afirmou ontem em Plenário que há falta de comando no governo federal. Ele justificou suas críticas usando como exemplo o que chamou de fracasso da reforma ministerial e da Medida Provisória 232/04, que aumenta impostos para produtores rurais e para o setor de serviços, além de corrigir a tabela do Imposto de Renda.

Para Agripino, a reforma ministerial não se completou porque o presidente Luiz Iná-

cio Lula da Silva foi desafiado publicamente quando o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, disse que seu partido, o PP, iria para a oposição caso não tivesse a pasta das Comunicações. Ele lembrou que havia a expectativa de um choque de gestão por parte do governo, que indicaria nomes de técnicos competentes para algumas pastas como a da Saúde, das Cidades, da Coordenação Política e da Integração Nacional. No entanto, ocorreu apenas uma substituição,

no Ministério da Previdência Social, e o preenchimento de um cargo vago no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Agripino considera a desistência da aprovação da MP 232 outra evidência da falta de controle político do Executivo.

– O governo não tem base política, não tem maioria no Congresso como já teve, quando o “saco de maldades” da reforma previdenciária foi aprovado – criticou o senador, enfatizando que o governo também sofre

com conflitos internos.

Agenda

O parlamentar observou ainda que o Executivo não tem uma agenda de projetos e preocupa-se somente com seus objetivos eleitorais. Agripino também falou sobre o fim do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), anunciado esta semana. Para ele, a manutenção da meta de superávit primário de 4,25% impedirá investimentos da União.

Em aparte, os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e



RECUO “Governo não tem maioria no Congresso Nacional como já teve”, observa José Agripino

Mão Santa (PMDB-PI) concordaram com Agripino. Segundo Jefferson, a reforma ministerial “foi um vexame”.



CONSTATAÇÃO Aelton Freitas diz que há agora menos representantes nas câmaras, mas gasto é o mesmo

Aelton: povo saiu perdendo com redução de vereadores

Das 853 câmaras municipais de Minas Gerais, apenas duas – Sacramento e Araxá – devolveram dinheiro aos cofres das prefeituras por conta da redução do número de representantes. A afirmação foi feita pelo senador Aelton Freitas (PL-MG), para demonstrar como a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de diminuir vereadores em 2004, por meio de resolução, foi danosa ao país.

Aelton, que considera a resolução inconstitucional por ver interferência na autonomia municipal, sustentou que a população saiu perdendo, pois agora há menos representantes nas câmaras, mas o gasto é o mesmo. A medida cortou cerca de 8 mil dos 60 mil vereadores.

– A grande maioria das câmaras municipais simplesmente destinou os recursos extras, oriundos do corte de vereadores, para o próprio legislativo. Em muitos casos, as câmaras usaram o dinheiro para aumentar os salários dos próprios vereadores – acrescentou.

O senador solidarizou-se com os vereadores que acabaram como suplentes nas últimas eleições por causa do corte determinado pelo TSE. Inconformados, muitos entraram na Justiça para assumir seus cargos e já existem centenas de decisões favoráveis, assinalou. O curioso é que até juízes de Tribunais Regionais Eleitorais aceitaram ações de inconstitucionalidade contra a resolução da corte superior.

Antonio Carlos critica alto valor de indenizações a anistiados políticos

■ Senador afirma que, enquanto governo tenta elevar tributo, reparação a anistiados ultrapassa R\$ 3 bilhões

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) classificou como escandaloso o alto valor de indenizações pagas a anistiados, muitos dos quais, segundo ele, nada sofreram. “Um secretário do meu governo durante o regime militar recebeu mais de R\$ 1 milhão”, afirmou.

Ele chamou atenção para o fato de o Poder Executivo tentar majorar a carga tributária em R\$ 2,5 bilhões, com a MP



COBRANÇA ACM afirma que governo não toma providência no sentido de rever indenizações milionárias

232/04, enquanto paga aos simpatizantes do governo que se opuseram ao regime militar indenizações que ultrapassam os R\$ 3 bilhões.

– O próprio líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), apóia a idéia de rever as aposentadorias dos anistiados. No entanto, o governo não toma providências – lamentou.

Antonio Carlos citou artigo do jurista Ives Gandra Martins, intitulado “Governo Medíocre” e publicado em vários jornais nesta semana. No texto, o articulista sugere ao presidente que mude, deixando de servir apenas aos seus companheiros e passando a servir ao povo brasileiro. O senador pediu ao governo que seja humilde e medite sobre os comentários de Gandra.

Sem-terra

O parlamentar destacou várias críticas feitas pelo jurista ao

governo, entre elas a relacionada ao tratamento dispensado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que seria, de acordo com o artigo, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Antonio Carlos vê com desconfiança o crescimento econômico em 2004, anunciado pelo governo, da ordem de 5,2%. Para ele, mesmo que o índice seja verdadeiro, é pequeno se comparado ao crescimento de 9,2% da Argentina, de 9,5% da China e de 8,6% da Índia.

O senador disse ter admiração pelo presidente Lula e sugeriu que se fizesse enquête na Internet para saber se a população considera o governo “mais medíocre ou mais irresponsável”.

Pedro Simon destaca resistência da sociedade ao regime militar

A retomada da democracia no país só foi possível em razão da grande resistência da sociedade brasileira ao regime militar, afirmou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS), ao criticar o golpe de 31 de março de 1964. O parlamentar disse que o Brasil só não mergulhou, naquele período, em uma sangrenta guerra civil porque o presidente João Goulart preferiu o exílio, repetindo, por outro meio, o gesto de Getúlio Vargas em 1954, que optara pelo suicídio.

Ao destacar o papel desempenhado por Ulysses Guimarães, Teotônio Vilela e Tancredo Neves, eleito em janeiro de 1985 presidente da República pelo Colégio Eleitoral, Simon salientou que “a retomada da democracia teve sangue, suor, morte e o sofrimento de muitos que tombaram, no Brasil e no exílio”.

Simon ressaltou que o movimento golpista vinha sendo organizado bem antes da chegada de João Goulart ao Palácio do Planalto, quando sucedeu



RECONHECIMENTO Simon lembra ação de Ulysses, Teotônio e Tancredo na retomada da democracia

Jânio Quadros, que renunciara. Observou que “o espírito de golpe” era alimentado politicamente pela União Democrática Nacional (UDN) e alcançou, em 1964, apoio decisivo tanto de setores da Igreja quanto da mídia nacional, com exceção do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro.

Segundo o parlamentar, o então comandante do II Exército, sediado em São Paulo, telefonou ao presidente “dizendo que seguiria para Juiz de Fora a fim de derrotar as forças militares que de lá vinham, desde que

assinasse um manifesto dizendo-se anticomunista e que não aceitava os movimentos sindicais. Mas, assinalou o senador, Jango recusou a proposta.

Ele lembrou que, quando o presidente do Congresso Nacional, na madrugada de 1º de abril, declarou vago o cargo de presidente da República, Jango estava no Rio Grande do Sul, na casa do então comandante do III Exército, Ladário Telles, discutindo possibilidades de reação ao golpe.

– O III Exército preparava-se para resistir, embora o próprio comandante já alertava para as dificuldades da iniciativa – disse o parlamentar.

Além do papel histórico do presidente João Goulart de não levar o Brasil a uma guerra civil, Simon aproveitou para ironizar a UDN, que, interessada em chegar ao poder, acabou substituída pelos próprios militares. O papel de sucedê-los caberia a Tancredo Neves, em 1985, frisou Pedro Simon, que foi apartado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).



EMPENHO Mão Santa exalta a luta do antigo MDB em defesa da restauração do poder civil

Mão Santa: “Data marcou o enterro da democracia”

“A data de hoje foi marcada pelo enterro da democracia”, lamentou, em discurso, o senador Mão Santa (PMDB-PI), ao se referir aos 41 anos da instalação do regime militar no país. Ele enalteceu o papel do então MDB – que originou o PMDB – na restauração da democracia, bem como a participação de políticos como Teotônio Vilela, Pedro Simon e Ulysses Guimarães.

Segundo o senador, para difundir os valores democráticos, há 32 anos o MDB lançava o deputado Ulysses como o antecandidato à Presidência da República.

Mão Santa qualificou Pedro Simon, que ouvia seu pronunciamento no Plenário, como o símbolo do partido. Para o representante piauiense, o senador gaúcho deve ser hoje o grande comandante peemedebista.

Azeredo condena o bloqueio de recursos de SP

Em nome do PSDB, Eduardo Azeredo (MG) protestou contra a decisão do governo federal de bloquear, por meio do Tesouro Nacional, repasses de recursos da União ao governo do estado de São Paulo, por conta de dívida contraída pela Vasp na década de 80 e renegociada nos

idos de 90. O estado responde pela condição de fiador da empresa aérea em uma dívida global estimada em R\$ 590 milhões.

Segundo explicou, o Tesouro chegou a bloquear ontem a quantia de R\$ 57 milhões, medida tornada sem efeito horas depois por força

de liminar impetrada pelo governo paulista e acatada pelo Supremo Tribunal Federal.

Azeredo estranhou o comportamento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que ontem conversou ao telefone com o governador Geraldo Alckmin, e ignorou o fato.

Teotonio quer política séria de gestão das águas

■ Senador manifesta preocupação com falta de qualidade e escassez de recursos hídricos

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), recordando a passagem do Dia Mundial da Água em 22 de março, manifestou ontem sua preocupação com a escassez de recursos hídricos. Ele lembrou que a Organização das Nações Unidas (ONU) aponta a qualidade e a gestão da água como os desafios mais consistentes deste século e disse que o Brasil já está sofrendo com esse problema.

Teotonio mencionou a rigorosa seca enfrentada pelos estados do Sul, lamentando que o Brasil sofra não apenas com a falta de água, mas também com a falta de uma política



Fotos: Rosevelt Pinheiro

PESQUISA Teotonio cita estatísticas da ONU para lembrar que menos de 1% da água do mundo é potável

apropriada para enfrentar a questão. Ele informou que, em média, chove mais no semi-árido nordestino do que na Espanha, mas a falta de uma política de águas prejudica a região.

O senador citou estatísticas da ONU segundo as quais, até 2050, 2 bilhões de pessoas em 48 países não terão água.

– Os números chocam porque nos acostumamos a pensar na Terra como o “planeta azul”, mas é preciso lembrar que menos de 1% da água que existe no mundo é potável – advertiu.

Ele lamentou que o Programa Um Milhão de Cisternas anunciado pelo governo tenha sido reduzido a algumas milhares e criticou a paralisação de obras como a do Canal do Sertão, que levaria água para municípios no agreste de Alagoas.

Em aparte, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) afirmou que a falta de água e o seu consumo em condições inadequadas matam mais do que a Aids e a violência urbana. Mão Santa (PMDB-PI) parabenizou Teotonio por abordar um tema tão relevante. Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pediu que o governo faça uma campanha conclamando a população a economizar os recursos hídricos.



DIFERENÇA Borges observa que contratação de recursos não significa liberação de verbas

semana, pelo jornal *Correio Braziliense* intitulada “O saneamento entrou pelo cano”, segundo a qual nenhum contrato de saneamento foi assinado nos últimos nove meses em virtude de resolução do Conselho Monetário Nacional.

Borges questiona números do governo sobre saneamento

O senador César Borges (PFL-BA) informou que apresentará requerimento à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para convidar o ministro das Cidades, Olívio Dutra, a prestar esclarecimentos sobre relatório das ações de saneamento, tema de discurso do senador Paulo Paim (PT-RS) na quarta-feira (30). Para Borges, os números apresentados pelo governo não são reais.

– Paulo Paim disse que o governo atual investiu, nos últimos dois anos, 14 vezes mais que o governo anterior em quatro anos. O que Paim chamou

de investimento corresponde, na verdade, à contratação de recursos. A diferença é que contratação não significa liberação de recursos – afirmou.

Borges afirmou que, dos R\$ 14 bilhões contratados com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, somente R\$ 350 milhões foram liberados, o que corresponde a investimento de R\$ 180 milhões por ano. O governo anterior, comparou o parlamentar, investiu R\$ 618 milhões por ano, ou seja, três vezes mais.

César Borges também citou matéria publicada, nesta



DESEJO Paim pede que estatuto de sua autoria seja aprovado e sancionado no dia 21 de setembro

aceso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular.

Paim homenageou o servidor Aires das Neves Júnior

em nome dos portadores de necessidades especiais, e também a comissão especial da Casa criada para retirar obstáculos à circulação interna.

Sobre a cartilha, Paim considerou fundamental a garantia do direito dos portadores de freqüentar turmas de ensino regular. Paim aproveitou a oportunidade para revelar o desejo de que o Estatuto da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais, fruto de projeto de lei de sua autoria, seja aprovado e sancionado no dia 21 de setembro.

Paim elogia iniciativas do Senado e do MPF

O senador Paulo Paim (PT-RS) destacou iniciativas do Senado e do Ministério Público Federal (MPF) em prol dos portadores de deficiência. Em primeiro lugar, elogiou a disposição do Senado de contratar mais deficientes e de facilitar o acesso e a circulação deles nas dependências da Casa. Ele parabenizou o MPF pela publicação da cartilha O



VIOLÊNCIA Demostenes: 279 assassinatos foram praticados em 2004 nos arredores de Brasília

Demostenes critica falta de segurança no Entorno do DF

Ao criticar a política de segurança pública do governo, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) disse ontem que o Executivo investiu apenas R\$ 1 por ano para cada habitante na área de segurança. O senador lamentou que a violência

esteja explodindo nas cidades do Entorno de Brasília, onde são assassinadas, em média, 30 pessoas por mês.

Ele citou Águas Lindas, cidade próxima a Brasília, hoje com 250 mil habitantes, que tem apenas 25 policiais por turno e duas viaturas durante o dia, o que representa um policial para cada 10 mil habitantes e uma viatura para cada 125 mil.

O senador citou reportagem do jornal *Correio Braziliense*, publicada no último dia 26, sob o título “Violência”, segundo a qual em apenas oito municípios do Entorno – exatamente nas cidades mais próximas de Brasília – ocorreram 25% dos assassinatos registrados no ano passado no estado de Goiás, que tem 246 municípios.

Dados da Secretaria de Segurança Pública e Justiça de Goiás revelam que 1.118 assassinatos foram registrados no estado em 2004, sendo que 279 aconteceram na fronteira com o Distrito Federal, informou o senador.

Campanha do desarmamento é equivocada, diz Juvêncio

Ao comentar a queda nos índices de aprovação popular da campanha do desarmamento, o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) considerou equivocada a maneira pela qual o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, vem conduzindo o programa. O governo não explica por que o Estado estaria tirando as armas de fogo das mãos dos “homens de bem” e deixando-as nas “mãos dos bandidos”.

Juvêncio registrou que a legislação vigente não admite o porte de arma; apenas autoriza a compra, por meio de complexo procedimento, que envolve



ERROS Juvêncio destaca que faltam explicações do governo sobre maneira de conduzir programa

crivo da Polícia Federal, adestramento com a arma, certidão negativa em todos os cartórios e exame psicotécnico.

O senador criticou o argumento do ministro de que o objetivo do programa é evitar a continuidade dos crimes por motivos fúteis.

– Se a lei não permite porte de arma, não há por que se falar nesses casos – argumentou.

Frente Parlamentar da Criança cria coordenações regionais

A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que reúne 25 senadores e 133 deputados federais e atua há mais de dez anos no Congresso, decidiu, em reunião realizada ontem entre parlamentares e representantes da sociedade civil, descentralizar as suas ações. A idéia é incentivar a criação de frentes em defesa da população infanto-juvenil nas assembleias legislativas de todo o país.

Para consolidar a estratégia, foram escolhidos cinco senadores que atuarão como coordenadores regionais: Fátima Cleide (PT-RO), pelo Norte; Flávio Arns (PT-PR), pelo Sul; Lúcia Vânia (PSDB-GO), pelo Centro-Oeste; Eduardo Azeredo (PSDB-MG), pelo Sudeste; e Patrícia Saboya (PPS-CE), pelo Nordeste.

As coordenadorias estaduais serão exercidas por 27 deputados federais.

Célio Azevedo



APOIO Senadores da CRE também acolheram pedido de informação sobre providência do governo para proteção a brasileiros detidos nos EUA

Comissão aprova nomes indicados para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável às mensagens presidenciais com indicações de embaixadores brasileiros para o Reino do Lesoto, a República de Botsuana e a República de Vanuatu.

As embaixadas no Reino do Lesoto e na República de Botsuana, no sul da África, serão ocupadas cumulativamente pelo embaixador junto à República da África do Sul, Lúcio Pires de Amorim. O cargo de embaixador junto à República de Vanuatu, no Pacífico Sul, será exercido por Frederico Cezar de Araújo, representante brasileiro também junto à Comunidade da Austrália. A aprovação do nome dos embaixadores ainda depende de exame em Plenário.

O relator da indicação de Lúcio Amorim, senador João

Ribeiro (PL-TO), informou que Lesoto e Botsuana apresentam elevados níveis de contaminação da população pelo vírus da Aids e o combate a esta doença poderá ser objeto de forte cooperação com aquelas nações.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), relator da indicação de Frederico Cezar de Araújo, ressaltou que o candidato, além de preencher todas as condições para assumir esta embaixada junto à República de Vanuatu, já exerce o cargo de embaixador na Austrália, o que facilita pela proximidade àquele país.

Imigração ilegal

A CRE aprovou requerimento do senador Hélio Costa (PMDB-MG) solicitando informações sobre providências tomadas pelo governo para dar proteção e assistência jurídica a 50 brasileiros detidos na costa leste norte-americana.

João Ribeiro anuncia sua filiação ao PL

O senador João Ribeiro (TO) anunciou sua saída do Partido da Frente Liberal (PFL) para se filiar ao Partido Liberal (PL), que passa a ser representado por quatro senadores.

João Ribeiro falou sobre sua trajetória no PFL, partido no qual passou quase 20 anos e pelo qual se elegeu vereador, deputado estadual, prefeito, deputado federal e senador. O senador ressaltou que deixa

Roosevelt Pinheiro



AMIZADE Após quase 20 anos, João Ribeiro deixa o PFL, partido onde deixa "amigos sinceros e leais"

"amigos sinceros e leais" na cúpula do PFL.

– Meu desligamento se deu por divergências dentro de meu estado. Saio sem mágoas – afirmou.

Diretor da Abin fala sobre denúncia de contribuição das Farc ao PT

Durante reunião secreta realizada ontem, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) aprovou requerimento do senador Demostenes Torres (PFL-GO) solicitando que sejam ouvidos

o coronel Eduardo Adolfo Ferreira, da PM-DF e o diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Jose Milton Campana, sobre as possíveis doações feitas pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

■ Comissão tomou depoimento de dois dos acusados do assassinato de lideranças rurais

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra esteve ontem no município de Parauapebas (PA), para ouvir o depoimento de três fazendeiros acusados de envolvimento no assassinato de um líder sindical e dois membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O principal acusado, José Delsão Barroso Nunes, conhecido como Delsão, não compareceu. Segundo seu advogado, ele está no interior do Maranhão e não pôde ser localizado a tempo. O presidente da CPI, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), anunciou que Delsão será convocado para depor em Brasília, na próxima quarta-feira.

– Esta é a segunda vez que ele falta às convocações da comissão – ressaltou o deputado federal João Alfredo (PT-CE), relator da CPI. Delsão, princi-

Líder indígena culpa governo por desnutrição

Durante audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o presidente do Instituto Americano das Culturas Indígenas do Brasil, Davi de Oliveira, denunciou o que classificou de "omissão" da Fundação Nacional do Índio (Funai) e culpou o atual presidente do órgão, Mércio Pereira Gomes, pela degradação de direitos e "até pela morte de pessoas por desnutrição".

O presidente da comissão, senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), afirmou que há lideranças indígenas preparadas para assumir direção de políticas e órgãos que tratam dessa população.

A presidente da organização não-governamental Recove,



DOROTHY Integrantes da comissão de inquérito, presidida por Alvaro Dias (C), vão hoje a Belém para ouvir acusados do assassinato da religiosa

pal suspeito na morte do sindicalista José Dutra da Costa, também é acusado de crimes ambientais, infrações trabalhistas e dívidas tributárias.

Os depoentes Lázaro de Deus Vieira, presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Parauapebas, e Lourival de Souza Costa, o Pirrucha, negaram qualquer envolvimento com os crimes pelos quais estão sendo investigados, que vão desde a grilagem de terras até a formação de consórcio para realizar assassinatos. Lázaro é

acusado de participar da morte de Onacílio Araújo Barros e de Valentim da Silva Serra. Ambos eram líderes do MST.

Hoje, a CPI estará em Altamira (PA) pela manhã e em Belém à tarde, onde deverão ser ouvidas sete pessoas que estão sob investigação. Entre elas, estão Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de ser o mandante da morte da freira Dorothy Stang, e Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, também suspeito de envolvimento no assassinato da freira.



AUTONOMIA De acordo com Juvêncio (C), presidente da CDH, há lideranças preparadas para assumir a direção de órgãos voltados à população indígena

Roseli Ruiz Silva, denunciou a invasão de fazendas por índios armados. Para Delcídio Amaral (PT-MS), o problema dos índios é resultado de situações geradas muitos anos atrás.

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) informou que a ação do governo de Mato Grosso

diminuiu os conflitos na região e Augusto Botelho (PDT-RR) observou que o Congresso tem falhado por não regulamentar o garimpo em áreas indígenas. Também participaram dos debates os senadores Paulo Paim (PT-RS), João Capiberibe (PSB-AP) e Romeu Tuma (PFL-SP).

J. Freitas

Célio Azevedo

Viana cobra solução para diploma obtido no exterior

■ Ele aponta como saída a realização do mesmo exame aplicado ao profissional de medicina formado no país

O senador Tião Viana (PT-AC) defendeu ontem uma rápida solução para o problema da revalidação dos diplomas dos médicos brasileiros formados no exterior. Ele lamentou que a audiência promovida na quarta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) com o ministro da Educação, Tarso Genro, sobre o assunto, não tenha encontrado uma saída para o impasse.

– Infelizmente, não pude participar da reunião da CAS por estar envolvido em outras atividades, mas soube que o resultado final teria sido a criação de uma comissão com integrantes dos ministérios das Relações Exteriores e da Educação para que seja avaliada uma solução para os jovens formados em Cuba, no Peru, na



DEMORA Viana diz que a questão vem sendo estudada há anos, sem que se apresente solução concreta

Bolívia, na Itália ou em qualquer outro país.

Tião Viana observou que há pelo menos dez anos o problema vem sendo tratado na esfera governamental e nenhuma solução concreta é apresentada. Ele informou que, desde que assumiu o mandato no Senado, em 1999, encaminhou ofícios aos ministérios da Saúde e da Educação e participou de reuniões com membros do Conselho Federal de Medicina (CFM) para tratar do assunto.

O senador disse que todas as partes concordam que uma das saídas poderia ser a revalidação do diploma do médico brasileiro formado no exterior. Para isso, ele faria a mesma prova a que se submete o médico que conclui o curso no Brasil.

– O CFM concorda, e, ao longo do tempo, o governo, através dos ministérios envolvidos, tem demonstrado tendência em concordar, mas ninguém conclui de maneira oficial.

Em aparte, José Agripino (PFL-RN), autor do requerimento de convocação de Tarso Genro, afirmou que o objetivo da audiência era obter explicações sobre notícia de que apenas os médicos brasileiros formados em Cuba teriam seus diplomas revalidados, por ato sumário do governo. O ministro negou a informação veiculada pela imprensa.

Já Mão Santa (PMDB-PI) ressaltou a necessidade de realização de exame antes da revalidação dos diplomas, já que os currículos de Medicina variam de país para país.



ALERTA João Capiberibe adverte que situação do setor de saúde no Amapá é de extrema gravidade

Capiberibe pede interdição de hospital em Macapá

A situação da saúde pública no Amapá é “de extrema gravidade”, disse o senador João Capiberibe (PSB-AP), ao informar que solicitou ao Ministério Público a interdição do Hospital de Emergência de Macapá, por suas condições inadequadas

de funcionamento, com risco para pacientes, médicos e funcionários.

O mesmo hospital, segundo o parlamentar, já havia sido interditado por razões éticas pelo Conselho Regional de Medicina (CRM), que considerou “indignas” as condições de assistência médica. Os profissionais foram proibidos de exercer qualquer ato.

Capiberibe afirmou que, no entanto, o governo do Amapá descumpriu a notificação e anunciou que não iria retirar os pacientes, alegando que o CRM estaria “tirando proveito político da situação”. O senador informou que um juiz federal havia deferido uma ação cautelar derrubando a decisão do colegiado.

O senador salientou que a situação do Amapá é diferente da do município do Rio de Janeiro, onde houve intervenção federal. No Rio, avaliou, “há conflitos políticos”, o que não é o caso de seu estado.

Lúcia Vânia defende melhor tratamento a doente terminal

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu, em Plenário, a adoção de políticas públicas de saúde voltadas para oferecer maior conforto aos doentes terminais e também aos seus familiares e amigos. Ela lembrou que apresentou projeto sobre o assunto em 2003 e disse esperar que a matéria seja votada o mais rápido possível, para dotar o país de legislação com forte conteúdo humanista.

Ao se referir ao caso da americana Terri Schiavo, falecida ontem, que teve o tubo de

alimentação desligado por decisão judicial, ela afirmou que o Brasil, por sua forte cultura religiosa, não cogita adotar o princípio da eutanásia.

Na sua opinião, o mais importante seria preparar unidades hospitalares e casas de saúde para oferecer um novo serviço de grande relevância pública e social.

Lúcia Vânia, recorrendo a um noticiário da imprensa, destacou que a experiência de humanizar o tratamento de pacientes terminais já vem sendo prati-



DECISÃO Lúcia Vânia pede votação de projeto de sua autoria que prevê política pública sobre o assunto

cada em algumas unidades de saúde, como o Hospital do Servidor Público de São Paulo. Ela acredita que, com a aprovação do seu projeto, a medida seria logo estendida a todo o país.

Maguito quer mais estímulo à sociedade no combate à fome

Maguito Vilela (PMDB-GO) destacou a aprovação do projeto de sua autoria que institui o Dia Nacional da Alimentação, a ser comemorado em 16 de outubro. A matéria foi votada em caráter terminativo pela Comissão de Educação (CE).

– A adoção desta data simboliza não apenas a necessidade de o Brasil combater o problema da fome, como também reforça os compromissos do país junto à comunidade internacional.

Maguito disse esperar que todos os anos, em 16 de outubro, órgãos públicos e instituições não-governamentais desenvolvam atividades visando à conscientização da população para o problema da fome e o



CONSCIENTIZAÇÃO Projeto de Maguito Vilela elege 16 de outubro como o Dia Nacional da Alimentação

estímulo à participação da sociedade em ações de combate à desnutrição.

O senador frisou que o combate à fome é considerado, por muitos líderes mundiais, uma das maiores preocupações do século 21. Citando dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), ele informou que 800 milhões de pessoas em todo o mundo sofrem de subnutrição, sendo 10 milhões de famílias no Brasil.



CRÍTICA Francisco Pereira protesta contra medida adotada recentemente pelo Ministério da Saúde

Francisco Pereira: dispensa de boletim policial pode aumentar aborto

Francisco Pereira (PL-ES) protestou contra a medida do Ministério da Saúde que suspendeu a obrigatoriedade da apresentação de boletim de ocorrência policial na rede pública para a realização de aborto em vítimas de estupro.

– A medida, tomada na cala-

da da noite, terá como resultado a multiplicação de abortos injustificados e ilegais.

Francisco Pereira lembrou que a lei brasileira permite o aborto resultante de estupro ou quando a mulher corre risco de vida em razão da gravidez. Ele defende, entretanto, o uso de

métodos contraceptivos para impedir gestações indesejadas e o recurso à morte do feto.

– As brasileiras que hoje gozam de uma liberdade sexual sem precedentes na história e ampla autonomia na gestão das pulsões do seu corpo, do seu amor, da sua libido, em

virtude da mudança da moral, têm um amplo leque de meios preventivos para se antecipar a um mal maior – afirmou.

Ele defende o conceito de que a gravidez “é presente divino”, exigindo precaução, cuidado e responsabilidade nos atos sexuais.